

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

ATA Nº 016

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Boa-tarde a todos!

Neste momento, queremos convidar o 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, que está em entrevista lá fora, mas já deixamos registrada a presença do Deputado Zeca D'Ávila, para compor a Mesa.

Convidamos para compor a Mesa a Exmª Srª Flávia Maria de Barros Nogueira, Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia; o Exmº Sr. Cloves Felício Vettorato, Secretário Extraordinário de Projetos Estratégicos; o Sr. Arnaldo Alves Souza, Secretário Adjunto de Planejamento; o Sr. Luiz Fernando Caldart; o Deputado Zeca D'Ávila, 1º Vice-Presidente.

Agradecemos a presença do Sr. Clausmiron, Gerente de Negócios da Superintendência do Banco do Brasil; do Sr. Maurílio Lopes, da Escola Agrotécnica de Campo Novo do Parecis; do Sr. João Ricardo, Presidente da Associação Mato-grossense dos Estudantes Secundaristas; do Sr. Paulo Francisco Focco, Coordenador da Escola Agrícola Municipal Tancredo Neves; da Srª Lúcia P. Barros, Diretora da Escola Agrícola Municipal Tancredo Neves; da Srª Maria de Fátima R. Lobato, da Escola Agrícola Municipal Artur Pinotei, de Juara; da Srª Maria Eunice Berkemberak, engenheira da cidade de Juína.

Agradecemos a presença da Escola Odiney Gonçalves de Amorim; Escola Hélio Palma, da Passagem da Conceição; Escola Agrícola Municipal Ulisses Guimarães, Tangará da Serra; Escola Agrícola Municipal José Vieira, em Juína; Escola Estadual João Crisóstomo de Figueiredo; Escola Municipal Agrícola Tancredo Neves.

Convido todos os presentes para, em pé, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.
(NESTE MOMENTO, É EXECUTADO O HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Queremos convidar, neste momento, o Secretário Estadual de Desenvolvimento Rural, Sr. Otaviano Olavo Pivetta, para compor a Mesa conosco.

Minhas senhoras e meus senhores, serei muito objetivo na introdução porque eu acho que tem muitas autoridades aqui e temos que buscar uma saída para a questão das escolas agrícolas de Mato Grosso.

Eu quero aqui colocar que eu comecei a travar um debate no plenário da Assembléia Legislativa, porque não podemos conceber que o Mato Grosso, maior produtor de soja, maior produtor de algodão, que tem o maior rebanho bovino, tenha escolas agrícolas em situações precárias e fechadas. Ora, qual é o papel da escola agrícola? É a formação profissional? O papel da escola agrícola é justamente colocar o nosso Estado como referência em educação e qualificar profissionais justamente para que nós possamos ser o campeão de grão como somos hoje. Então, a idéia é debater o tema. Eu acho que o tema é um tema interessante e vamos buscar uma solução.

Eu quero aqui dizer que hoje pela manhã eu estive com o Governador Blairo Maggi. O Governador mostrou-se preocupado com essa questão. Achou interessante o debate do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

tema. Conversei também com o Secretário Otaviano Pivetta, que já tinha sido convidado anteriormente e ele confirmou sua presença nesta Audiência Pública, preocupado com a situação das escolas agrícolas. Há um bom tempo, venho conversando com a Secretária Flávia Nogueira. Nós já estivemos no Ministério de Minas e Energia, com o Ministro Cristóvão Buarque, o ex-Ministro, onde nós cobramos investimento do Governo Federal nas escolas agrícolas do Mato Grosso.

Existe uma lei estadual que cria os consórcios das escolas agrícolas entre os municípios. Então, a nossa idéia é buscar recursos, é buscar fundos para que nós possamos fazer com que essas escolas agrícolas funcionem e nós possamos continuar formando técnicos.

Então, neste momento, eu solicitei à Secretária, Sr^a Flávia Nogueira, para fazer uma explanação a respeito da situação das escolas agrícolas no Mato Grosso. Depois nós vamos abrir ao Secretário Otaviano Pivetta, ao Secretário Cloves Vettorato, ao Deputado Zeca D'Ávila, que é o 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, a todas as autoridades e à comunidade para debater qual vai ser a nossa saída para que nossas escolas agrícolas possam ser retomadas.

A minha assessoria fez um vídeo da situação de uma escola agrícola, Sr^a Flávia. Vamos ver o vídeo e depois a Secretária fará a palestra dela.

Vamos ver o vídeo e depois nós passamos a palavra para a Secretária.

(NESTE MOMENTO, É EXIBIDO O VÍDEO SOBRE A SITUAÇÃO DAS ESCOLAS AGRÍCOLAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o Deputado Humberto Bosaipo para compor a Mesa conosco.

Passo a palavra para a Secretária de Ciências e Tecnologia, Dr^a Flávia Maria Nogueira, que irá fazer uma explanação sobre a situação das Escolas Agrícolas de Mato Grosso.

Comunicamos a presença da Escola Agrícola de Campo Novo do Parecis e da Escola Agrícola de São José do Povo, aqui na nossa audiência pública.

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Nós vamos ter a projeção? Deputado, será que é possível invertermos a ordem enquanto eles arrumam... Porque eu preparei uma projeção e seria interessante se ouvíssemos as autoridades enquanto eles preparam, para não avançarmos no horário.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Então, eu passo a palavra, neste momento, ao Secretário... Eu vou passar a palavra primeiro, Secretária, para os Colegas Deputados... Então, vou passar a palavra ao Secretário Otaviano Pivetta, a respeito do tema, para ele já fazer uma explanação de como ele está vendo esse quadro, o que nós podemos estar fazendo para construir...

Agradecemos a presença da Escola Agrícola de Querência e da Escola Agrícola de Poxoréo.

Com a palavra, o Secretário Otaviano Pivetta.

O SR. OTAVIANO PIVETTA - Muito boa-tarde senhoras e senhores, jovens, estudantes. Quero saudar os Deputados em nome do proponente dessa audiência pública, Deputado Zé Carlos do Pátio, saudar os meus Colegas de Governo, em nome do Secretário Cloves Vettorato.

Falar aqui primeiro é um pouco difícil porque é um tema muito importante e também muito polêmico, e de um conteúdo bastante diversificado, mas vou tentar fazer minha participação ser produtiva, colocando a minha opinião a cerca desse assunto, Deputado.

Eu fui Prefeito durante oito anos de um município que, coincidentemente, tem uma Escola Agrícola, que é um presente de grego, como muitos outros municípios do Estado têm. Uma Escola que foi feita no ano de 1995; uma Escola Pública que foi feita para alunos do Ensino Fundamental, de 5ª a 8ª séries; uma escola de internato para acolher alunos de 5ª a 8ª séries para Curso de Técnico Agrícola. Não se sabe até hoje com que objetivo, porque, afinal de contas, quando

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

se fala em escola agrícola, o que nós precisamos é que ela seja uma escola de formação, uma escola de médio para formação de Técnicos Agrícolas. Se não for para isso, se não for para cumprir essa função, de nada adianta a Escola Agrícola porque não podemos nos dar ao luxo de construir escola simplesmente para dizer que foi feita a escola.

Em Lucas do Rio Verde tínhamos uma escola que eu desativei, que eu parei, no ano passado, com as suas atividades porque não cumpria nenhuma função, não gerava nenhum benefício à sociedade. Em ano eleitoral, eu decidi pagar o custo político de tomar a decisão de parar com as atividades porque era uma escola que não tinha nenhum fundamento de gerar benefício, pois não formava técnicos agrícolas. Tinha somente alunos de 5ª a 8ª séries e estava se transformando numa verdadeira FEBEM, porque toda região mandava para lá os filhos cujos pais não conseguiam administrar nas suas casas.

Eu sou favorável - e manifestei essa intenção ainda quando Prefeito à Secretária Flávia - em se desenvolver consórcios regionais, a exemplo dos consórcios de saúde, do qual também fui Presidente do Consórcio Regional de Saúde do Hospital de Sorriso, Consórcio Teles Pires, que envolve treze municípios, e fui Presidente durante cinquenta e seis meses. E a exemplo dos consórcios de saúde, que funcionam bem no Estado, eu tenho certeza de que poderia se desenvolver consórcios para também cuidar e fazer a manutenção e o gerenciamento das escolas agrícolas, porque o Estado tem se mostrado, não é por incompetência do Governo, relativamente incompetente para tocar certos serviços, pela sua própria estrutura e pela sua própria concepção.

O serviço público já é ruim. O serviço público municipal já é ruim. Você quer alguma coisa pior, é o serviço público estadual. Agora, você quer uma coisa pior, ainda, é o serviço público federal. Quanto mais longe estiver o poder, pior é o serviço. Não estou querendo dizer que todos os serviços estão ruins. Agora, a iniciativa privada faz melhor. O município é que consegue prestar o serviço menos ruim, porque o povo está mais perto e todos os cidadãos moram no município.

E quero dizer que nós temos condições e precisamos colocar essas escolas agrícolas para funcionar, gerar técnicos agrícolas para dar oportunidade para esses jovens que têm vocação e que precisam se qualificar para o mercado de trabalho e, também, para dar suporte à atividade produtiva do nosso Estado. Mas nós precisamos envolver os municípios, precisamos fazer com que os municípios dessas regiões sejam envolvidos no processo e tenham responsabilidade direta sobre a gestão e o custeio dessas escolas.

Sobre a proposta de retirar o incentivo do algodão, nós fomos radicalmente contra porque o custo de produção do algodão, hoje, é exatamente o mais alto do que o preço de venda. E a retirada do incentivo significa tirar a condição que o produtor tem hoje de produzir. Quer dizer, se o Estado tirar hoje o incentivo do produtor de algodão, nós vamos estar tirando a rentabilidade, a pouca rentabilidade que o produtor tem e, conseqüentemente, tirando o produtor da atividade.

Todos os Estados do Centro-Oeste... Em São Paulo, também tem planos de incentivos que beneficiam mais o produtor que o de Mato Grosso, ainda. De modo que não é o caminho tirar o incentivo, porque esse incentivo que está sendo dado ao produtor é o ganho que o produtor está tendo para poder ter viabilidade a sua cultura.

O que nós temos é o FACUAL e o FACUAL tem recursos. Na minha opinião, com projetos bem concebidos, nós podemos destinar recursos ao FACUAL para alavancar os bons projetos de escolas agrícolas que se destinam a formar técnicos para, como já falei, dar oportunidade para os jovens mato-grossenses irem preparar técnicos para o futuro da nossa agricultura. Então, recursos nós temos. O que precisamos é da garantia de que esses recursos sejam bem aplicados e que os municípios, onde estão situadas essas escolas, tenham o comprometimento direto de se envolver na gestão das escolas, porque o Governo é impotente para tocar toda essa estrutura nas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

instâncias que o Estado tem, além das atribuições, das funções e das obrigações que o Estado já possui.

Era isso o que eu tinha para dizer e espero que as minhas palavras tenham contribuído para com esta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos a participação do Secretário Otaviano Pivetta.

O Secretário está propondo, a princípio, ao invés dessa lei de minha autoria, justamente reduzir 15% do incentivo do algodão, da produção do algodão. Ele está propondo pegar o recurso do próprio FACUAL, que deve ter hoje em caixa em torno de trinta milhões de reais, e investir nas escolas agrícolas, pelo que entendi, no consórcio. E aqueles municípios que participarem desse consórcio terão prioridades.

Foi essa a idéia do Secretário colocada aqui.

Com a palavra a Sr^a Flávia Maria de Barros Nogueira, que vai expor a situação das escolas agrícolas de Mato Grosso.

Realmente, há uma representação muito grande de escolas agrícolas aqui. Está presente a Escola Agrícola Laudelino Souza Santos, de Barra do Garças. Vieram também escolas agrícolas de Juína, Juara, Barra do Garças, Tangará da Serra, Poxoréo e da região da grande Cuiabá. Nós ficamos muito orgulhosos. Muito obrigado a todos.

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Meu boa-tarde a todos, boa-tarde aos Deputados Estaduais que nos convidaram para esta audiência pública. Estendo os cumprimentos às outras autoridades aqui presentes, aos professores, aos muitos alunos de escolas agrícolas que aqui se encontram, aos técnicos administrativos, à comunidade escolar.

É com muita satisfação que estou aqui para que possamos discutir um assunto tão importante como é o assunto escola agrícola, e que vai se desdobrar, amanhã, quando teremos uma reunião. Muitos de vocês estão aqui em função dessa reunião que teremos, amanhã, lá na AMM. Então, para nós é um momento muito rico, Deputado. Quero parabenizar a Assembléia Legislativa na sua pessoa por ter tido essa iniciativa.

Trouxe aqui alguns dados que vão ajudar, e espero que ajude neste debate.

Meu nome é Flávia Nogueira, Secretária de Estado de Ciências e Tecnologia. Temos uma realidade em Mato Grosso que é uma realidade muito específica. Vivemos num Estado com dimensões continentais, de posição geográfica privilegiada. Estamos no Centro da América do Sul. Temos elevada diversidade ambiental: cerrado, Amazônia, Pantanal, vastas terras agriculturáveis. Temos enormes carências em infra-estrutura. Temos uma produção com base tecnológica e falta de pessoas preparadas para enfrentar os desafios dessa produção tecnológica que temos no Estado. Vivemos um momento rico de procura de alternativas para a pequena produção. Isso é fundamental. É uma determinação do Governador Blairo Maggi, desde o início do seu Governo, e é nesse sentido que estamos trabalhando.

Para nós vencermos esses desafios todos, é necessária uma ação, que só pode dar certo se investirmos no homem, se investirmos realmente na qualificação das pessoas. A qualificação profissional do cidadão, para nós, é fundamental, é estratégica. Nós consideramos que formando pessoas com base na educação, é que vamos conseguir atingir os níveis de desenvolvimento que queremos. E é com base na produção do conhecimento que essa educação vai se dar com qualidade. E a Escola Agrícola, neste contexto, é um espaço privilegiado para essas relações acontecerem.

Então, temos já programas arrojados de educação profissional de jovens e adultos que têm possibilitado que mais pessoas do próprio Estado ocupem os postos de trabalho criados pelo crescimento da nossa própria economia. Então, temos enfrentado esse desafio. E o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

órgão que foi criado pelo Governo do Estado para enfrentar esse desafio da qualificação profissional, com base na educação, é o CEPROTEC. O CEPROTEC é o Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica do Mato Grosso, cujo objetivo é ampliar a formação técnica e tecnológica, a qualificação continuada do trabalhador e a consolidação da ciência e tecnologia no processo produtivo estadual. Então, temos, hoje, um órgão estadual que oferece cursos de educação profissional e tecnológica públicos e de qualidade.

A preocupação com as escolas agrícolas no Governo do Estado vem desde o início de 2003, em função de duas razões. Primeiro, pelo conhecimento que temos do papel social que uma escola desse tipo desempenha no município e na região. Nós sabemos que essas escolas têm de ser centros de formação técnica, centros de produção de conhecimento tecnológico, que atendam às necessidades do pequeno produtor e da pequena produção que ocorre no entorno da escola.

E também, essa preocupação, além de existir em função do reconhecimento desse papel, existia também já desde 2003, pelo conhecimento das dificuldades enfrentadas pelas escolas quanto a sua manutenção.

Então, nesse sentido, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, na época chamada Ciência e Tecnologia e Educação Superior, junto com o Ministério da Educação, com o apoio do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET/Cuiabá - que é aquela escola lá de São Vicente - e da Secretaria de Estado de Transporte e Infra-Estrutura na época, esse grupo realizou um levantamento das condições de funcionamento das Escolas Agrícolas Municipais aqui no Estado. Esse levantamento ocorreu no ano de 2003, especificamente no mês de dezembro.

O levantamento que nós fizemos e do qual o Deputado pediu-me para falar um pouco não foi um diagnóstico de todas as escolas agrícolas do Estado. Ele foi um diagnóstico realizado nas 19 escolas construídas e equipadas nas décadas de 80 e 90, com recursos do FNDE, através do MEC, na então Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC. Nós fizemos isso em função de um movimento que nós sentimos do Governo federal de lançamento de um programa para revitalização dessas escolas que haviam sido construídas com recursos do MEC no passado. São 150 escolas agrícolas chamadas escolas rurais produtivas no Brasil, das quais 19 estão em Mato Grosso. Então, com essas 19 escolas foi que nós trabalhamos nesse levantamento.

Os resultados desse diagnóstico foram fundamentais, porque eles retrataram a situação dessas 19 unidades escolares aqui no nosso Estado. Esses resultados indicaram a necessidade urgente de estabelecimento de um programa de revitalização, principalmente porque nós ficamos preocupados e muito inconformados com o fato de terem sido investidos recursos públicos extremamente importantes para o estabelecimento de uma política educacional voltada para o atendimento de jovens e trabalhadores do campo. Isso, na verdade, estava resultando num sistema falido, porque as escolas foram construídas, foram entregues aos municípios, mas o nosso diagnóstico mostrou que elas estavam em situação muito precária.

Dessas dezenove que nós estudamos, dez escolas estavam fechadas em 2003. Hoje, nós temos mais escolas fechadas, ou então, elas estavam atuando em setores fora da educação profissional, que é a razão pela qual elas foram criadas. Nove dessas escolas atendiam crianças e jovens em curso de iniciação agrícola, ou em cursos técnicos, do ensino fundamental ao ensino médio. E 100% das prefeituras que tinham essas escolas, afirmavam que existia demanda para o funcionamento das escolas em toda sua capacidade de atendimento. Então, há realmente uma demanda, essa demanda é real e nós temos que enfrentar esse desafio.

As escolas agrícolas municipais financiadas com recurso do MEC e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar são essas aqui. São dezenove. As que estão em vermelho estavam já fechadas em 2003, em dezembro de 2003; as que estão em verde...

O Sr. Humberto Bosaipo (FORA DO MICROFONE) - Alto da Boa Vista.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Sim, nós estamos aqui falando das que foram construídas com recurso do MEC. Essa foi?
(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - São três com ensino médio hoje no Estado, temos só Juína, Campo Novo do Parecis e mais uma outra. As outras, todas, ensino fundamental, foram ou não construídas com recurso do MEC.

Se falta alguma aí, deve ter sido no momento da minha digitação, peço desculpas.
(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - São José do Rio Claro tem ensino médio também.

A próxima, por favor.

O levantamento que nós fizemos foi só esse, acontecia ou não o ensino médio na escola. Nós não entramos...

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL)

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Com curso médio profissionalizante? Acho que duas, Campo Novo e São José do Rio Claro.

Vamos falar um pouquinho sobre os resultados, como estavam as escolas em dezembro de 2003. Na sua maioria, as escolas estão há mais de cinco quilômetros da cidade, as mais próximas, o que é correto, justificável, em função de serem escolas agrícolas, não serem escolas urbanas. E os problemas, então, mais sérios se referiam sempre a transporte e alojamento, em função da distância da cidade. Os maiores custos, pela fala dos diretores à época e pelas Secretarias Municipais de Educação, estavam relacionados à folha de pessoal, manutenção do restaurante e transporte escolar.

Eu estou apresentando esses dados assim. O nosso levantamento, o Deputado tem uma cópia dele, foi bastante detalhado em termos de gráficos, mas aqui para ficar mais rápido eu sintetizei um pouco, Deputado. Se houver necessidade depois nós detalharemos mais.

Em dezembro de 2003, 79% dessas escolas tinham obras concluídas, 72% estavam equipadas, só que com obras em situação já bastante deteriorada, equipamento bastante antigo, muito estragado, e 59% nunca tinham pensado, nunca tinham conseguido fazer parcerias para manter ou melhorar a infra-estrutura. Das nove que estavam funcionando em dezembro de 2003, a maioria tinha bibliotecas, porém bibliotecas muito deficientes, apenas três escolas tinham laboratório de informática e nenhuma disponibilizava acesso dos alunos, professores e funcionários à internet.

Os alunos eram, em dezembro de 2003, mil quatrocentos e quarenta e sete nessas nove escolas, enquanto que a capacidade total das dezoito seriam sete mil duzentos e sessenta e quatro alunos matriculados. 68% eram alunos da zona urbana, o que significa, que na verdade, a escola agrícola está perdendo um pouco do seu papel. Na verdade, a escola agrícola é para fazer a educação do campo no campo e estava atendendo, em dezembro de 2003, a maioria dos alunos vindos da zona urbana. 85% eram do próprio município e desses 85%, 21% ficavam internos nas escolas.

Esse dado me preocupa um pouco e era essa justamente a discussão que eu tinha com o meu colega, Secretário Otaviano Pivetta, porque quando nós vamos trabalhar com consórcios, nós temos que mudar esse quadro. Hoje, a escola agrícola do município atende a maioria dos alunos do próprio município. Se formos falar em consórcio, isso vai ter que realmente mudar. 74% são meninos e a idade varia entre zero e vinte e seis anos.

Com relação aos professores, para atender aqueles mil e quatrocentos alunos, existiam cento e vinte e dois professores, uma quantidade muito pequena, considerada muito

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

pequena à época, mas essa pequena quantidade de professores com uma qualificação razoável. Nós temos cerca de 42% com licenciatura plena, 24% especialistas, 17% graduados, 10% técnico de nível médio. Existe uma outra percentagem menor de outros tipos de qualificação, mas a maioria relativamente bem qualificada.

Com relação aos servidores, o quadro é um pouco diferente. Detectamos a existência de oitenta servidores nessas nove escolas e mais de sessenta por cento sem ensino fundamental completo. O que significa também um problema inclusive para o andamento das atividades administrativas da escola.

Quando diretores ou secretários municipais da época eram perguntados, eram questionados sobre parceiros, ou seja, com quem eles achavam que era possível, era desejável fazer parcerias, a resposta era nesta ordem, exatamente: em primeiro lugar, o MEC, porque foram escolas construídas com recursos do MEC e eles tinham então uma expectativa da presença do MEC mais definitiva no andamento do cotidiano da escola; a SEDUC, em segundo lugar; a SECITEC, em terceiro, que muitos estavam conhecendo. É óbvio que eles não deixariam de citar porque éramos nós que estávamos perguntando. Depois, o CEFET, empresas do setor agrícolas, como INDEA, EMPAER, o SENAI, os sindicatos rurais e, em último lugar, as universidades.

Quando nós perguntávamos então, numa parceria desse tipo, com o MEC ou com o Governo do Estado, o que seria importante a escola receber, que tipo de apoio seria importante para a escola, eles disseram, em setenta e nove, quase oitenta por cento das respostas, que primeiro era aquisição de equipamentos; em segundo lugar, contratação de professores; em terceiro, ampliação de infra-estrutura; depois, recuperação de infra-estrutura; recursos para manutenção, em quinto lugar; implantação de cursos técnicos, aquisição de anseio bibliográfico, contratação de pessoal de apoio, oferecimento de curso de qualificação e treinamento de pessoal.

Então, com base nesse documento, nesse extenso levantamento que nós fizemos, pudemos conhecer um pouco melhor a realidade das escolas agrícolas. Embora nós não tenhamos trabalhado com levantamento de todas as escolas, só aquelas construídas com recursos do MEC, nós conhecemos a realidade das escolas. Voltamos ao Ministério da Educação, pressionamos para que o programa de revitalização fosse feito pelo Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado. Como não houve resposta nesse sentido, até hoje nós não temos o programa do Governo Federal implantado em 2005. Nós resolvemos, então, tomar uma decisão. O Governador Blairo Maggi tomou a decisão de fazermos um programa de apoio às escolas agrícolas no início de 2005 com recursos exclusivamente do Estado, exclusivamente do Estado. Não existe recurso federal envolvido.

Nós lançamos no início deste ano o Programa Educação Profissional no Campo, o EPROCAMPO, um programa feito pelo CEPROTEC, e está presente aqui conosco o Presidente Luiz Fernando. O CEPROTEC, como disse anteriormente, é o Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica, é uma autarquia ligada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Nós lançamos esse programa com o objetivo de apoiar, por intermédio de financiamento, reformas e ampliações de espaços físicos das escolas, aquisição de equipamentos e mobiliários adequados, bem como a aquisição de animais, visando prepará-las para serem pólos regionais de educação em diferentes modalidades e níveis. O que nós queremos dizer com isso? Que nós queremos, com recursos do Estado, que essas escolas que hoje estão abertas funcionem e sejam realmente centros regionais de qualificação, centros regionais de formação de pessoas na área da agricultura. Então, para nós é importante que ali existam bons laboratórios, existam bons profissionais e existam, além das atividades normais da escola, cursos que podem ser oferecidos pelo Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológico, o CEPROTEC, que são cursos de profissionalização, cursos profissionais de diferentes níveis de qualificação, ou, se for o caso, de nível técnico também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Então, nesse Programa que foi lançado no início de 2005 há alguns itens que são financiáveis. Ou seja, itens para os quais o recurso pode ser utilizado. Ele pode ser usado para infraestrutura, sendo que há a necessidade de ser utilizado exclusivamente em reforma e ampliação. Ou seja, nós não vamos construir novas escolas. Nós vamos reformar e ampliar aquelas existentes. Equipamentos: Exclusivamente materiais de laboratório, audiovisual, implementos, maquinários e mobiliários, plantel de animais de pequeno, médio e grande porte para fins didáticos e capacitação de professores no caso de se tratar de aquisição de equipamentos. Digamos que a escola precise de um laboratório, que esse laboratório precisa ter um equipamento e há de se ter uma qualificação de pessoal para trabalhar com esse equipamento. Então, é nesse sentido que nós também financiamos qualificação.

Os itens financiáveis são todos os materiais de consumo usados para manutenção do equipamento ou funcionamento normal da escola, ressaltando o financiamento para aquisição de todas as espécies de animais destinado ao estudo, trabalho científico e pesquisa em geral.

O que nós queremos dizer com isso? Que a contrapartida da Prefeitura é manter a escola aberta, funcionando com as suas atividades normais. E que, além das atividades normais, nós vamos fazer a melhoria da infra-estrutura, fazer a melhoria dos laboratórios, fazer a melhoria do que for necessário para que ela também sirva de local para a educação profissional e tecnológica feita como uma ação de expansão das atividades do CEPROTEC, que tem por função fazer a educação profissional no Estado.

Quais são os requisitos para a escola se apresentar? A escola tem que mostrar que ela está aberta, em efetivo funcionamento. Ela tem que estar autorizada ou reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação ou, se for o caso, pelo Conselho Municipal de Educação. O Município tem que estar apto a fazer convênio. Ele tem que comprovar a capacidade financeira para o custeio das ações propostas ao longo do prazo de execução e tem que aceitar disponibilizar seus espaços para o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica. Vai ser feita pela CEPROTEC.

Como as escolas serão escolhidas - eu vou falar de forma bastante rápida... Foi constituída, por portaria conjunta do CEPROTEC, da SETEC, SEDER e SEDUC, uma comissão que vai analisar os projetos que as escolas vão apresentar. Esses projetos vão ser analisados e julgados no mérito e vão ser classificados em termos também do interesse do CEPROTEC na expansão das suas atividades de educação profissional.

Com isso, nós queremos garantir o apoio possível aos municípios interessados em manter suas escolas agrícolas e, ao mesmo tempo, fazer expansão nas atividades do CEPROTEC, oferecendo educação profissional no campo.

Para que as escolas façam esses projetos e sejam projetos realmente construídos em conjunto com a equipe do Governo, amanhã nós teremos uma reunião, chamada reunião orientativa, em que todos os representantes das escolas, que já desejaram aderir ao programa, foram convidados, e amanhã nós passaremos o dia todo conversando para que, como equipe de Governo, diretores e os professores, as pessoas que vão fazer o projeto, que vão construir o projeto, entendam o espírito do projeto para que haja continuidade do investimento ao longo do convênio que vai ser firmado do CEPROTEC com o município, que será de quatro anos.

Então, dessa forma, eu quero, com essa apresentação, pedir desculpas se me estendi um pouco, mas acho que foi importante fazer essa apresentação para dizer que nós do Governo do Estado temos uma preocupação já com essas escolas agrícolas desde o início do Governo e que já temos ações concretas no sentido de minimizar ou tentar minimizar essas dificuldades que, reconhecidamente, as escolas enfrentam.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Por essa razão, nós estamos aqui abertos a qualquer tipo de pergunta e qualquer discussão que seja julgada pertinente. E também colocamos à disposição toda a nossa equipe da Secretaria e também do CEPROTEC para que essa discussão permaneça. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos a Secretária de Estado de Ciência e Tecnologia.

Eu quero perguntar, Secretaria, por exemplo, escolas como a de Poxoréo, porque lá é uma escola filantrópica, ela pode entrar nesse projeto?

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Pode.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Ok!

Eu quero, neste momento, conceder um aparte ao Secretário Otaviano Pivetta.

O SR. OTAVIANO PIVETTA - Já vou aproveitar aqui, Deputado, para acrescentar algumas coisas mais aí, porque sou muito entusiasmado.

O que nós vimos aí, na apresentação, é uma verdadeira indústria de escolas agrícolas que foram colocadas em prática na década de 90, exatamente para liberar recursos federais e fazer disso...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero convidar, para compor a mesa, o Líder do Governo, Deputado Mauro Savi, que, aliás, vem nos ajudando muito nos encaminhamentos. Agradecemos muito, Secretário. Ele hoje participou da reunião com o Governador.

O SR. OTAVIANO PIVETTA - Dessas duas dezenas de escolas agrícolas que foram apresentadas aí, somente duas cumprem a função de formar técnicos agrícolas, as demais são escolas de mentirinha, são escolas de brincadeira, porque...

Não venham me dizer que escola agrícola de ensino fundamental vai produzir algum resultado prático, porque não produz.

Ensino fundamental, ensino regular se faz em qualquer escola e a SEDUC tem a obrigação de fazer isso, a Secretaria de Estado de Educação.

Levar criança para a escola agrícola para deixar internada lá é para os pais se livrar dos filhos, e a história mostra que filho tem que ser criado na família, acompanhado pelos pais.

Essa experiência eu tenho, de oito anos, e querer substituir a família por um internato é se iludir de que vamos resolver o problema. Não resolve.

Nós precisamos ter escola agrícola para formar técnico agrícola - tem que ter a participação da família, tem que ter a participação da comunidade.

Então, a nossa proposta de Governo é destinar recursos do FACUAL para reformar e equipar todas as escolas que a sociedade mato-grossense julgar necessária. Nós temos recursos para isso. Se os Deputados, a sociedade mato-grossense achar que precisa de escola, nós temos recursos para reformar e equipar.

Como é que funciona? Precisa-se de custeio. O Governo do Estado dispõe do FUNDEF. Eu acredito que repassar o recurso do FUNDEF para os consórcios que vão tocar essas escolas é obrigação do Estado. Organizar os consórcios em cada escola dessa... Primeiro, selecionar as escolas; segundo, definir os consórcios e a área de influência dessas escolas, quantos municípios vai atingir; terceiro, definir os municípios que vão fazer parte, cada município vai ter uma cota de participação, vai poder enviar para a escola tantos alunos, vai haver critério para esses alunos serem selecionados. Não é só porque o pai quer se livrar do filho que vai mandar para a escola agrícola. Não! Tem que ter critério! Isso no mundo inteiro é assim. Tem um exame de admissão para ir para a escola.

Então, cada município vai ter um número de vagas "x" na escola. Cada município vai destinar um pouquinho de recurso para sustentar a escola. Isso também não proíbe os pais de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

terem uma participação. Essa participação não precisa ser em dinheiro. Pode ser no custeio da escola em alimento. Não é proibido o pai ir visitar a escola uma vez por mês, essas coisas todas. Sendo que vai ter uma participação de cada município, fica mais fácil. No final do mês o município organiza um ônibus para a família, o pai ou a mãe, lotar um ônibus e visitar a escola para dar aquele clima de comunidade, aquele clima de família, que é importante para evitarmos ter escolas isoladas, como é o caso de muitas escolas por aí que não têm sucesso. Estão abandonadas como essas escolas que vimos aí. Precisamos ter escolas com calor humano, bem zeladas, bem cuidadas, com flores ao redor, com jardins, com árvores bem cuidadas e tudo mais. Temos que ter escolas com vida, com amor, com tudo isso, senão não é escola. Passa a ser um ambiente de refúgio onde as crianças estão lá passando tempo e acabam não levando nada para casa, a não ser problemas.

Cada município vai ter uma cota de participação, uma cota também para contribuir, para custear a escola. O Estado vai ter a sua cota, que vamos acertar previamente. O Conselho do FACUAL, juntamente com a Comissão Parlamentar que podemos definir, aprova projetos que tem que ter o alcance social. Isso é importante para o Estado. Enfim, eu vejo com muito otimismo.

E quero, para terminar a minha participação, parabenizar a iniciativa e dizer que o Governo, nós, a secretaria de agricultura, estamos dispostos. Já conversei também com o Décio Tocantins. Tenho certeza de que o Conselho do FACUAL vai ver isso com bons olhos, porque o Fundo de Apoio à Cultura do Algodão existe também para isso, para preparar o futuro da agricultura do Estado de Mato Grosso, preparar técnicos para cuidar da cultura no futuro. E nós vamos dar todo apoio a esse Projeto, desde que ele seja com responsabilidade. Que tenha sustentabilidade e que não seja uma coisa que nós vamos fazer. O Governo vai fazer!

Nós sabemos que para reformar escolas não é difícil, para equipar também não é difícil. Agora, precisa ter começo, meio e fim! Nós temos que dar sustentabilidade a isso ao longo do tempo, nós temos que envolver os municípios e as famílias das crianças, dos jovens que vão ser formados nessas escolas.

Nós temos que amarrar isso tudo para que a sociedade carregue isso ao longo do tempo e para que tenhamos realmente resultado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Nós agradecemos. Comunicamos a presença do Vereador Emir Lucas, de Poconé e dos líderes do MTA - Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados, Sr. Waldir Corrêa e Sr. Dito.

Eu só queria fazer uma proposta, Sr. Otaviano Pivetta. Uma proposta, eu queria de deixar no ar: que essa amarração do FACUAL seja uma amarração em lei, para que realmente eles tenham isso garantido todo ano. Porque já imaginou nós levarmos uma proposta dessa, que é uma parte do dinheiro, dos trinta milhões do FACUAL, e ela não estar amarrada em lei? Quer dizer, nós vamos ficar dependentes do FACUAL. Um ano, pode nos atender; e outro ano não pode! Eu queria só deixar essa sugestão.

Agradeço o Sr. Secretário. Muito obrigado.

Com a palavra, o Sr. Cloves Felício Vettorato, Secretário Extraordinário de Projetos Estratégicos.

O SR. CLOVES FELÍCIO VETTORATO - Gostaria de saudar o Deputado Zé Carlos do Pátio, promotor deste evento; os Deputados Zeca D'Ávila e Humberto Bosaipo; o Secretário Otaviano Pivetta, que deu o seu recado e se mandou; o Deputado Mauro Savi, líder do Governo, nosso companheiro; o Sr. Luís Fernando; o Sr. Arnaldo; a Secretária de Ciência e Tecnologia, Flávia Maria de Barros Nogueira.

Eu só quero contar um pouquinho da história. O PROALMAT, esse Programa de Incentivo à Cultura do Algodão e o FACUAL têm muito a ver com um trabalho que um servidor

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

público realizou alguns anos atrás, em 1996 e 1997. E Mato Grosso estava iniciando a sua produção de algodão de forma mais tecnificada. Ele produzia 6% do algodão brasileiro e um algodão ainda de péssima qualidade.

Em 1997, foi encaminhado ao Governador de então o projeto do PROALMAT. Numa audiência se demonstrou a importância e a necessidade de se criar esse programa, e o Governador da época comprou a idéia. Foram encaminhados para a Assembléia Legislativa o texto pronto, a lei escrita, os formulários desenhados, o regulamento escrito, e a Assembléia Legislativa na ocasião - os Deputados Zé Carlos do Pátio e Humberto Bosaipo eram Deputados - aprovou essa lei criando a PROALMAT.

Em apenas quatro anos, Mato Grosso saiu de 6% da produção de algodão do Brasil para 60% da produção. Mato Grosso se transformou no maior produtor de algodão do País. Trinta e três mil toneladas chegou a se produzir. Este ano vai para quinhentas e poucas mil toneladas; ano que vem vai para seiscentas e tantas mil toneladas de algodão em pluma.

Hoje, o algodão, em Mato Grosso é o segundo produto na pauta de exportação, só superado pela soja. Ganha da carne, ganha da madeira, ganha de todos os demais produtos. O algodão tem uma capacidade muito grande de geração de emprego diretamente na lavoura. Para cada cem hectares de área plantada, são treze empregos. Isso de forma direta. De forma indireta pode se multiplicar por dois ou por três isso daí.

Mas, o algodão, de certa forma, como produto gerador de arrecadação, gera muito pouco ICMS de forma direta. É claro que está gerando dez vezes mais do que quando a cultura tinha pouca representação no Estado. Tinha um ICMS de quatro milhões - se bem me lembro - na ocasião; hoje, recolhe mais de trinta milhões de ICMS aos cofres públicos. Mas, de qualquer maneira, é apenas menos de 1% até da receita de ICMS do Estado.

Quanto à arrecadação do Estado - e é aqui que eu quero chegar também -, Mato Grosso cresceu, na sua arrecadação, de 2002 para 2003, 32%, de 2003 para 2004, 34%. Foi o Estado que teve o maior incremento de arrecadação de ICMS. Por que aconteceu isso? Primeiro, porque o Waldir tem apertado um pouquinho mais na questão da fiscalização, da sonegação e assim por diante, mas o grande fator de aumento da arrecadação é o próprio crescimento do Estado.

A arrecadação de ICMS em Mato Grosso não vem do setor produtivo na sua grande parte. A área de produção que envolve soja, pecuária, madeira, arroz e algodão é 15% apenas da arrecadação do Estado, de forma direta. Isso porque nós somos o maior produtor de soja, de algodão, de boi e assim por diante. A maior parte da arrecadação do Estado vem de forma indireta, vem sobre o consumo. O maior arrecadador de ICMS do Estado é o combustível, 25% da nossa arrecadação. Mas quem é que gasta com combustível? É a agricultura o principal consumidor de óleo diesel e de combustível no Estado, é o algodão, é a soja, é o milho, é o arroz e assim por diante, é o transporte dessa produção, através dos caminhões.

O segundo item é o varejo, são as peças, é o consumo de um modo geral nas lojas e no comércio de modo geral no Estado.

O terceiro item é comunicações. O varejo responde por 13%; comunicações, 11%; energia que vem em quarto lugar, 10%; veículos que vem em quinto lugar, 6%; depois vem a soja em sexto lugar, 6% também; transporte que é o transporte de mercadorias por atacado; depois vem pecuária, madeira, bebidas, mercado e outros.

Então, a grande arrecadação do Estado não está lá diretamente com o algodão, com a madeira, com a carne e assim por diante, está de forma indireta. E aí com a proposta de reduzir os incentivos na cultura do algodão, nós corremos um sério risco de dar um tiro no pé, porque Mato Grosso foi o primeiro Estado a criar esse programa de incentivo e isso atraiu, para o setor produtivo do nosso Estado, os grandes produtores do Brasil, como o Grupo Maeda, o Grupo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

SLC, e mesmo os produtores daqui passaram a investir, a plantar mais, a melhorar a qualidade e assim por diante.

Até hoje quem copiou Mato Grosso foi: Bahia tem um programa semelhante ao nosso, até oferecendo mais; Goiás, Estado vizinho aqui, é só atravessar o Araguaia; Mato Grosso do Sul, basta atravessar o rio Corrente que já está do outro lado e já tem um Estado oferecendo incentivo; Minas Gerais; Paraná, projeto em andamento; e São Paulo, projeto em tramitação. Então, no momento que nós reduzirmos aqui os incentivos, nós corremos o risco de criar uma desvantagem comparativa com os demais Estados, e o nosso produtor, os grandes produtores poderão começar a fazer conta e procurar produzir em outros lugares e não aqui.

Então, nós podemos estar ganhando 15% de 1%, que é o que representa hoje o ICMS do algodão no bolo total, Deputado Zé Carlos do Pátio. Podemos estar ganhando 15% de 1% e perdendo 85% de 75% da arrecadação do Estado. Então, temos que tomar muito cuidado ao mexer em programa. Agora, o caminho seria efetivamente convencer todos os demais Estados a acabarem com seu programa de incentivo. Aí eu concordo que Mato Grosso vá junto, se...

O PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu só queria colocar o seguinte, Secretário... Só uma pergunta que eu queria fazer para o senhor concluir. Então, qual a solução que você daria a respeito das escolas agrícolas do Estado de Mato Grosso? Não quero uma proposta. Eu quero ver se você pode contribuir, você uma pessoa que sempre defendeu a questão da agricultura, do agronegócio e da agricultura em si. Qual a sugestão que você daria até para contribuir conosco nesse encaminhamento?

O SR. CLOVES FELÍCIO VETTORATO - Em primeiro lugar, eu quero parabenizá-lo por levantar esse problema das escolas agrícolas, porque Mato Grosso, dentro do seu crescimento que está sendo programado, tem uma demanda muito grande. É estratégica, é crucial, a qualificação de mão-de-obra para o agronegócio como um todo, não só na atividade primária, na atividade agrícola, como também na atividade subsequente. Eu penso também na área industrial, Sr^a Flávia, porque hoje nós estamos atraindo muitas empresas no segmento industrial e carecemos de mão-de-obra qualificada.

A proposta de se utilizar parte do FACUAL, parece-me que também é uma saída. Mas eu penso que, além dessa, nós temos que buscar dentro do Estado alguma brecha para arrumar recursos. Eu não tenho dúvidas de que a viabilização dessas escolas são investimentos feitos, são recursos públicos aplicados e que, hoje, não estão cumprindo com sua função social.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vossa Excelência, como Secretário de Assuntos Estratégicos, contribuiria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e com a Secretaria de Agricultura para buscar essa saída?

O SR. CLOVES FELÍCIO VETTORATO - Não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Ajudaria?

O SR. CLOVES FELÍCIO VETTORATO - Ajudaria.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Ou ampliar o FAPEMAT, o recurso do FAPEMAT...

O SR. CLOVES FELÍCIO VETTORATO - Todavia, eu entendo que consagrar em lei a vinculação desses recursos parece-me que teria que se analisar melhor, uma vez que o FACUAL não é um fundo público, é um fundo privado. Então, parece-me que haveria alguma dificuldade nisso. Mas, juntamente com a Sr^a Flávia, com o Sr. Otaviano e todo o Governo do Estado, eu me comprometo a buscar alternativas e soluções para resolver esse problema, porque eu entendo ser extremamente válida a proposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu cumprimento e agradeço a presença da Vereadora Mariana, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Poconé; do Naildo dos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Santos, da FETAGRI - Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Mato Grosso; do Vereador Celso Fontes, Presidente da Câmara Municipal de Poconé.

Muito obrigado, Poconé, que tem uma escola agrícola, que participa desta Audiência Pública e amanhã terá uma reunião com a Secretária de Ciência e Tecnologia.

Eu quero convidar para compor a Mesa o Deputado Eliene.

Com a palavra, o 1º Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Zeca

D'Ávila.

O SR. ZECA D'ÁVILA - Boa-tarde a todos, alunos, professores!

Em nome do Presidente da Mesa, eu cumprimento todas as autoridades aqui presentes.

Eu ouvi todos atentamente até o presente momento e fiquei preocupado com algumas colocações que foram feitas pelo Secretário Otaviano Pivetta e pelo Secretário Cloves Vettorato, que são bastante diferentes.

O Secretário Otaviano Pivetta disse que não se pode tirar o incentivo porque o custo de produção é alto e o que está salvando o algodão é o incentivo. Não discordo, concordo em gênero, número e grau.

O Secretário Cloves disse que, se tirar o incentivo, é um tiro no pé, e eu concordo. Precisaria convocar todos os outros Estados para fazê-lo, e assim Mato Grosso o faria.

Mas com a pecuária foi diferente, o custo de produção é alto, o tiro no pé foi dado, não convocou os outros Estados e foi tirado o novilho precoce. Não aconteceu nada. Ele não chamou outros Estados para vir tirar... Os estados vizinhos têm, Goiás tem, Mato Grosso do Sul tem, não deu tiro no pé, não convocou ninguém.

O custo de produção, estamos aí discutindo exaustivamente a pecuária porque não suporta mais, e não tem o incentivo, foi tirado no começo do Governo. Porque entende o Governo que incentivo é para começar a andar. Andou, tem que tirar para que aí, sim, aquele determinado produto tenha condição, o produtor... Não vai ninguém embora, não foi nenhum pecuarista grande embora, estão todos aí, os que tinham que vir vieram, e não acredito que na cotonicultura vá alguém embora. Eu não acredito que é tiro no pé. O custo de produção da agricultura não é diferente da pecuária, é alto também, e a pecuária está sem incentivo e ainda financiando parte da estrutura governamental do INDEA e da Secretaria de Estado de Agricultura, o setor privado pecuário fazendo isso.

E nós financiamos contratação de técnicos da mesma forma que o FACUAL faz aqui, acolá.

Então, eu fico preocupado com essas colocações, não que eu seja contra o FACUAL ou qualquer "AL" que seja. Não sou contra, não, mas gostaria de deixar, acho que é até inoportuno esse debate que estou colocando, porque a finalidade é outra, mas para deixar claro que não é um tiro no pé. E acho que o setor do algodão dá para andar tranqüilamente, porque a pecuária está andando com os preços lá embaixo.

E, pecado maior, ainda, nós fomos vetados de exportar carne para a Rússia por problemas de outros Estados, e o algodão está tranqüilo nas exportações.

Então, eu acho que o Deputado Zé Carlos do Pátio procura resolver um problema que é extremamente crucial.

Concordo com o Secretário Pivetta de que fazer o que está sendo feito não é o caminho. Acho que 90% dos municípios onde têm escolas não vão agüentar. Se não tiver uma parceria forte para manter essas escolas abertas, não vão agüentar. Isso precisa ser em lei, para que tenha orçamento anual, porque, do contrário, um conveninho aqui, outro conveninho ali, amanhã vai todo mundo embora, não adianta, porque não suporta custear. Então, eu acho que tem que realmente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

procurar a saída, através de uma lei, para que as escolas tenham a sua obrigação lá, o município e o Estado tenham, e o convênio faça com que essas escolas funcionem, para que essa moçada tenha condição de ter sua formação profissional à altura daquilo que o Estado exige.

Acho e concordo com o Cloves quando diz que estamos precisando, em todas as áreas, na industrial, também, com o que eu não descordo, e a mão-de-obra e a qualificação no Estado faz-se necessária e, mais do que necessária, urgente.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Deputado Zeca D'Ávila é membro da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, tem uma reunião agora e vai ter que se retirar.

E quero dizer que o Secretário Cloves Vettorato colocou a questão de que eu e o Deputado Humberto Bosaipo votamos o incentivo há alguns anos.

É lógico. Todos os incentivos fiscais são importantes para o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, mas o Deputado Zeca D'Ávila colocou muito bem que o incentivo é para iniciar, para as coisas se conduzirem, depois temos que rediscutir esses incentivos e não estamos acabando com o incentivo fiscal do algodão. Nós queremos somente 15% para investir nas escolas agrícolas.

Agora, é aquilo que eu coloquei, de que gostaria que saísse daqui uma proposta, Secretário Cloves Vettorato, Dr^a Flávia, Secretário Pivetta, que esteve aqui. Qual é a saída que vamos ter para as escolas agrícolas? Temos que ter uma saída concreta hoje, daqui. Eu proporia - porque conversei hoje com o Governador Blairo Maggi e ele falou: "Olha, busca a saída concreta" - uma saída concreta.

Com a palavra, o nobre Deputado Eliene, que é professor da Escola Técnica, e é Deputado nosso de terceiro mandato.

O SR. ELIENE - Quero cumprimentar os Deputados presentes, o Deputado Zé Carlos do Pátio, que convocou e preside esta Audiência Pública, o Deputado Humberto Bosaipo, o Deputado Mauro Savi, os representantes do Governo, Secretário Cloves, a Secretária Flávia Nogueira e, em nome desses, eu cumprimento os demais representantes do Governo; também cumprimentar os professores, os estudantes, os vereadores que vieram do interior.

Quero pedir desculpas por ter atravessado, Deputado Zé Carlos do Pátio, e agradecer ao Deputado Humberto Bosaipo por ceder a sua vez, porque também estamos na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, mas não gostaria de passar em branco.

Primeiro, nós não participamos de todas as posições colocadas aqui, do Secretário de Desenvolvimento Rural Otaviano Pivetta, não ouvimos todos os palestrantes, mas quero deixar aqui, também, para uma reflexão, o seguinte: A dinâmica que o Governo tem com o crescimento do Estado de Mato Grosso, que ano a ano aparece como campeão de desenvolvimento no Brasil, e, principalmente, na sua vocação rural, no seu agronegócio, se não tivermos momentos de discussão, de busca, de trocas de idéias, realmente ficaremos parados no tempo e acabaremos não acompanhando as necessidades de atualização.

Então, é importante estarmos aqui numa Audiência Pública discutindo também o futuro da agricultura, a questão das escolas agrícolas no Estado de Mato Grosso.

Nós temos aqui no Município de Cuiabá, a escola agrícola do Aguaçu que por falta de recurso teve que ficar só com a turma antiga que já tinha, dispensando os alunos que estavam entrando agora. A escola agrícola de Cuiabá do Aguaçu! Porque não se achou forma de tocar a escola.

Aqui estão alguns professores de lá. Tivemos uma reunião lá no Aguaçu; viemos aqui; conversamos com o Prefeito, com o Secretário Municipal de Educação e ficou sem solução. É

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

uma questão grave, de alguns poços artesianos, de toda ordem de estrutura ali... O Secretário Cloves Vettorato há alguns anos atrás, levantou alguns números de que o Estado de Mato Grosso, nós próximos 10 anos, necessitará de 60 mil novos profissionais para acompanhar o desenvolvimento do Estado. E nós temos aí uma situação dessa natureza, da Escola do Aguaçu, uma escola agrícola aqui da Capital, onde está perto de tudo, está perto do Governo, está perto do Prefeito, está perto dos Deputados. É preocupante, sim.

Então, nós precisamos aprofundar essa discussão, buscar a solução, buscar formas de não ter uma situação igual a essa. Eu imagino que das vinte e poucas escolas agrícolas deve ter alguma com situação talvez pior do que a de Cuiabá. Aqui o pessoal tem acesso conosco, e lá não tem acesso com ninguém.

Eu quero deixar essa preocupação, porque se nós estamos aqui na porta de Cuiabá e deparamos com uma situação dessa, que sugestão nós teríamos, Deputado Zé Carlos do Pátio, colegas Deputados? Eu imagino que, da mesma forma que nós colocamos um pequeno percentual para o FAPEMAT e para o CEPROTEC, no próximo Orçamento nós possamos estar também discutindo talvez um percentualzinho no novo Orçamento para dar uma abertura para a SECITEC manter-se viva, tentar estimular, porque nós temos mercado. Quem termina os estudos em escolas agrícolas tem trabalho para ocupar; e tem muitos profissionais, formando-se na universidade federal, nas universidades particulares que não têm espaço de trabalho quando termina um curso superior.

Então, nós temos que dar prioridade aqui a quem tem possibilidade de trabalho. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Deputado, eu só coloquei para o Governador, hoje, numa audiência que eu tive com ele, reduzir o incentivo do algodão e coloquei também, aumentar o dinheiro do FAPEMAT, que era 2%, mas que ele reduziu para 1%. Sugerir voltar aos 2% e aplicar nas escolas agrícolas.

Mas, eu vou querer deixar tanto o Secretário Cloves Vettorato, como a Secretária juntos, para criarmos uma comissão e vermos onde é que nós vamos buscar esse recurso. Afinal, é aquilo que você falou, nas suas palestras, quando você colocou que precisa de sessenta mil novos técnicos. E como nós vamos formar esses novos técnicos?

O que está acontecendo hoje é que os técnicos estão vindo de fora, a população mato-grossense está assistindo o Estado crescer e não está participando do crescimento.

Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo que, aliás, nos vem ajudando muito nesse projeto dessa questão das escolas agrícolas. É um que está sensibilizado. Ele falou para mim que, o que ele puder fazer... Não é porque estou na presença dele, não. Mas, é o Deputado mais articulado aqui da Assembléia Legislativa para ajudar a construir essa lei, construir um fundo para as escolas agrícolas, porque ele tem um poder de articulação muito grande junto ao Governo e junto aos colegas Parlamentares.

Com a palavra, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Muito obrigado.

Eu cumprimento o Presidente desta audiência pública, Deputado José Carlos Araújo, cujo apelido é Zé do Pátio. Isso porque ele deve ter estudado em alguma escola agrícola, porque trabalhava com máquinas.

Cumprimento o Dr. Cloves Vettorato, a Dr^a Flávia, o Dr. Arnaldo, o Dr. Luiz Fernando, os professores, os alunos, os Vereadores, os representantes que estão aqui.

Eu vou falar aqui em duas situações, primeiro, como Presidente da Comissão de Educação desta Casa; segundo, na condição de Deputado.

Eu quero também cumprimentar o Décio Tocantins, que representa aqui o segmento do algodão de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Primeiro, é lamentável que ainda no século XXI, nós estejamos aqui fazendo esmoléu para a educação no Brasil, para a educação em Mato Grosso. Nós estamos pedindo esmola para as escolas agrícolas. Isso é lamentável, muito lamentável!

Segundo, eu sou oriundo de uma escola agrícola, eu estudei em num colégio em Goiás chamado Ginásio Arquidiocesano Anchieta, em Silvânia. Quem conhece, é uma cidade próxima a linha de ferro, eu sou de Barra do Garças e nós íamos estudar em Goiás porque era mais perto do que Cuiabá, não tinha estrada naquela época.

Naquela escola agrícola, o que eu aprendi lá? Eu aprendi a fazer horta, eu aprendi a plantar, principalmente fruticultura. Eu sabia plantar laranja, limão; sabia fazer o combate - os professores ensinavam -; eu sabia piscicultura que estava começando naquela época. Nós trabalhávamos com tiração de leite, mas quem dos garotos que sabe tirar leite? Levantem as mãos... De vaca... (RISOS). Pouca gente. Eu sabia tirar leite. Nós aprendíamos as primeiras técnicas de como trabalhar num trator, nós tínhamos uma disciplina - se ainda tiver essa disciplina, um professor levante as mãos e confirme, para mim, chamadas técnicas agrícolas. Tem essa disciplina? Uma professora confirma ali. Aliás, a senhora falou muito bem, e eu quero parabenizá-la porque enfocou as questões na sua entrevista do que uma escola precisa.

Nós tínhamos essa disciplina técnicas agrícolas de que não precisávamos. Às vezes, ao ir para o campo, nós aprendíamos noções básicas de agricultura. Eu discordo de alguém que falou aqui que essas escolas são de brincadeira. Não, só o fato de haver uma escola para nós, já é uma coisa fantástica... (PALMAS).

Deputado Zé Carlos do Pátio, o que me admira é que o Governo federal, o Presidente Lula, que é um homem que veio lá de baixo, tem um Programa nº 01 do Brasil da administração dele - aliás, eu só conheço um Programa do Lula, que é o Fome Zero. Vocês já ouviram falar sobre esse Programa na televisão, nos jornais? Já ouviram?
(NESTE MOMENTO, A PLATÉIA RESPONDE.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Mais forte. Já ouviram?
(NESTE MOMENTO, A PLATÉIA RESPONDE.)

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Já, já ouviram falar do Fome Zero, Dr. Arnaldo. Ora, o caminho do Fome Zero é investir onde? Nas crianças, na educação. Onde a escola agrícola tem de estar em primeiro lugar, Deputado Zé Carlos do Pátio? Nos assentamentos. Ali é onde a escola agrícola tinha de estar em primeiro lugar: nos assentamentos. Por quê? Porque pega-se uma família, joga-se no meio do mato, mas ali não tem estrutura de higiene, não tem estrutura de saúde, não tem estrutura de absolutamente nada. Essas questões dos assentamentos são outro tema que nós vamos debater aqui futuramente. Eu não quero entrar na seara de quem é dono da terra, de quem não é. Eu estou dizendo das crianças, gente, lá dos assentamentos, onde funcionaria em primeiro lugar uma escola técnica.

Eu estou fazendo uma experiência com fruticultura, lá em Torixoreu, estamos plantando caju anão e coco da Bahia. Nós precisávamos de um técnico agrícola e nós tivemos de buscar um em Rosário Oeste, porque na minha região do Araguaia não encontrei ninguém que tinha noções básicas para trabalhar com coco e caju.

Aí eu chamo a atenção dos estudantes que não gostam de estudar. Os estudantes brasileiros, professora, não gostam de estudar. Só estudam quando tem tarefa; só estudam quando o pai bate; só estudam quando o professor fala, mas na hora dos concursos, dos vestibulares vocês vão sentir muita falta disso.

Eu sou filho de uma professora que lecionou mais de trinta anos em escola pública. Eu levantava às 05:00 horas da manhã para estudar. Não tinha essa conversa, não. Hoje, eu tenho três filhos, e para eu fazer esses meninos estudarem é preciso um basquete muito grande. A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

maioria dos estudantes brasileiros não querem estudar. Eu quero dar uma dica para vocês aqui, antes de entrar nesse assunto: estudem, gente, aproveitem a chance, porque seus colegas não gostam de estudar. Quem estuda está passando nos concursos públicos.

Está o MERCOSUL aqui, que é um mercado dos países do Brasil, da Argentina, da Bolívia, de todos esses países, e o Dr. Cloves Vettorato é um dos responsáveis por estar abrindo para Mato Grosso, que vai precisar de estudantes que falam espanhol. Aqui alguém fala espanhol? Com certeza. Estudantes que fala inglês, estudante que conheça geografia, então, essa escola agrícola tem que ser destinada a filhos de pessoas pobres. Os ricos estudam onde? No MASTER, no Coração de Jesus, no Salesiano e assim por diante. Ninguém tem culpa de ser rico. Deus abençoa todo mundo.

Estamos discutindo aqui escola pública. Louvo o Deputado Zé Carlos do Pátio por essa iniciativa. Acho até que devemos desdobrar isso, chamar o Governo Federal para essa responsabilidade, isso não é só do Governo Estadual, nós não podemos estar jogando culpa só nos prefeitos que têm culpa também. Eu vou dar um exemplo, professora. A Escola Agrícola do Alto da Boa Vista fica lá no Baixo Araguaia. O Dr. Antônio Miranda, advogado, que está ali, conhece. Essa escola foi concebida pelo MEC. Nós chamamos os Prefeitos dos Municípios de São Félix do Araguaia, de Alto da Boa Vista, Luciara e Porto Alegre do Norte e fizemos o seguinte compromisso: cada município toma conta de alunos, e cada município vai ter o seu prefeito que vai ter que todo mês colocar um recurso para manutenção dessa escola. Sabe o que aconteceu? Só um prefeito, só um prefeito deu dinheiro. E hoje nós temos lá a escola fechada. Já pensou, uma escola fechada?

Inaugurou este ano lá, Dr. Cloves Vettorato, eu estive lá, um laticínio. Esse laticínio começou a empregar mão-de-obra. Infelizmente, o laticínio está trazendo mão-de-obra de Goiás. Infelizmente, nós não temos ninguém lá que entende de leite. Então, são essas coisas que nós temos que mudar urgentemente, para privilegiar o filho do pobre.

Deputado, pelo entusiasmo do tema, eu vou sugerir que o senhor me dê mais uns minutinhos. Se eu estiver cansando vocês, dêem-me uma vaia, façam qualquer coisa. O senhor está falando na retirada do incentivo do algodão. É um erro, na minha concepção, porque nós vamos quebrando as cadeias produtivas. Nós temos que tirar isso de outro lugar, não podemos mexer com quem já está produzindo, está gerando emprego, está trazendo mão-de-obra qualificada, está nos possibilitando ter impostos para tocar o Estado. Isso foi muito bem colocado pelo Dr. Cloves, o que nós podemos fazer e temos que fazer aqui na Assembléia, a sugestão minha, e essa foi dada aqui pelo Deputado Eliene, é colocar dinheiro este ano no Orçamento da SECITEC, no Orçamento da Secretaria da Dr^a Flávia, porque eu sei que ela aplica nas escolas. Por quê? O FACUAL é um órgão, apesar de ter convênio com o Estado...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Deputado, só para uma questão de Ordem.

Mas o FACUAL, hoje, tem em caixa vinte e oito milhões de reais. Quer dizer, só para fazer pesquisa para a iniciativa privada? Será que o FACUAL não pode, pelo menos, contribuir para isso? Vossa Excelência está entendendo? É dessa dúvida que eu estou falando. Qual o papel do FACUAL?

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Vossa Excelência enriquece o debate. É outra questão que nós temos que colocar nas escolas, que é a pesquisa.

Meu Deus do céu! Quando eu estudei, professora, o meu ginásio, que hoje eles chamam de ensino fundamental, de 1966 a 1969, eu aprendi no meu laboratório de Língua Portuguesa e defendi a minha tese na 4^a série ginásial, que hoje é 8^a série, lendo Luiz Vaz de Camões, *Os Lusíadas*. Nós tínhamos laboratório de Língua Portuguesa. Eu fiz a prova de inglês. É por isso que eu defendo a pesquisa. Era uma radiolinha pequena. O professor escolhia na hora um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

disco em inglês e em uma aula de quarenta e cinco minutos nós éramos obrigados a copiar aquele compacto disco. E, hoje, o que um estudante de 8ª série pode falar para nós? Não tem pesquisa. Investir na pesquisa é o que os americanos fazem, o que os japoneses fazem, o Primeiro Mundo faz.

Agora, o que pode fazer o FACUAL? Pode firmar um convênio com o Governo. E seria interessante formar mão-de-obra para eles mesmos na plantação de algodão. E por que não a soja? Por que somente o algodão? Ora, nós temos aqui o maior produtor de soja do mundo, que é o Governador. Por que não vamos sensibilizá-lo para que também seja a soja? Por que não vamos tirar um pouquinho da pecuária, que é um dos maiores rebanhos bovinos do Brasil?

Eu quero dar outra sugestão. Eu acho que o FACUAL... E o Secretário Otaviano Pivetta disse aqui que vai fazer, eu não entendi bem, o consórcio das escolas. Eu quero dizer que consórcio só funciona em lugar rico. Em lugar pobre não funciona. Concordam? Não funciona em lugar pobre. E eu vou dar um exemplo como não funciona: o consórcio de asfalto do Governo, que é um dos melhores do Brasil - e aqui o Governador Blairo Maggi está de parabéns - onde que ele funciona? Em Lucas do Rio Verde, em Primavera do Leste, em Sapezal. Por quê? Porque lá é que estão os grandes plantadores. Coloca o consórcio lá no Baixo Araguaia, em São Félix, em Luciara, em Porto Alegre do Norte, não funciona, porque não tem a contrapartida, o Governo não tem o dinheiro para fazer.

Então, consórcio para educação, no meu modo de entender, é uma idéia boa, mas não funciona. O que funciona é dinheiro no orçamento, votado pela Assembléia Legislativa, porque aí o Governo é obrigado a colocar.

Eu tenho uma sugestão, Deputado Zé Carlos do Pátio, de onde tirar esse dinheiro. Está aqui a minha primeira sugestão: vamos tirar um pouquinho da propaganda do Governo, do dinheiro que o Governo gasta com propaganda.

Avise-me do meu tempo, porque estou entusiasmado.

Só para rede de televisão aqui, o Governo gasta quase quinhentos mil reais por mês. Alguns jornais da cidade recebem mais quinhentos por mês. Vamos diminuir um pouquinho. Nós podemos fazer isso aqui na Assembléia. Eu não tenho medo de amanhã a imprensa bater em mim que quero tirar dinheiro deles não.

Aliás, a função do político é essa mesma, nós não agradamos todo mundo. Vamos tirar um pouquinho do dinheiro da comunicação do Governo e jogar na educação das escolas agrícolas, na educação básica dessas crianças. São vocês que estarão aqui no nosso lugar no futuro. Não tem como vocês correrem. Preparem-se. Leiam. Estudante não lê. Eu fico extremamente triste quando dou palestra em universidade e pergunto para um estudante de Direito: quantos livros de autores nacionais você já leu? E se você já leu, fala para mim. Eles não lêem dez livros de autores nacionais, não conhecem nada, não tem gosto pela leitura, são uns estudantes cabeças vazias. Estou falando para chocar vocês mesmo, porque vocês são estudantes. Vocês não estudam. Vocês não estudam. Isso é uma vergonha! Vocês não estudam. Precisam estudar. Podem ficar zangados. Os professores se matam na aula e, às vezes, são mal compreendidos. Ninguém tolera ver matemática, que é a matéria mais fácil do mundo, porque não estuda. E na hora dos empregos, quem vai ser classificado são os melhores, não são os que não estudam, ficam enganando, fazendo cola ou fazendo subterfúgio.

Então, vamos tirar o dinheiro da comunicação e colocar aí para os estudantes.

Para encerrar, nós temos hoje a Universidade Federal de Mato Grosso com vários *campi* e aqui está a escola agrícola de Barra do Garças, minha cidade natal. Lá tem o *campus* universitário, tem várias faculdades e é muito fácil, é pedir para fazer, Secretária, um convênio da faculdade com as escolas agrícolas. As próprias faculdades vão querer, porque vão ganhar ponto no MEC. Quando falarem que estão treinando jovens de 1º e 2º graus de escolas agrícolas, o MEC, com

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

certeza, vai beneficiar, se for escola particular ou escola pública, com mais convênios, com abertura de novos cursos. Isso já está sendo feito em algumas partes do Brasil.

Nós temos aqui as empresas, Dr. Cloves Vettorato, e aí o senhor é fundamental nisso, até ouvi falar que vão implantar uma fábrica de trator em Rondonópolis - não sei se a notícia é verdadeira. Por que não aproveitar os alunos das escolas agrícolas selecionadas para aprender a montar trator?

Faz um convênio com as grandes fazendas, coloquem esses estudantes para aprender a arar a terra, para aprender a jogar inseticida, para fazer combate à praga, para aprender a defender o meio ambiente, que é uma questão que nos preocupa muito, as cabeceiras de serras, as margens de rios. Isso o Governo pode fazer sem gastar nada.

O próprio Pivetta, que é um dos maiores produtores de Mato Grosso, se levar 10, 15 alunos para aprender na fazenda dele, tenho certeza de que ele vai prestar esse serviço ao Estado.

Por fim, Dr^a Flávia, o EPROCAMPO, que a senhora desenhou aí no quadro, ainda não está funcionando nas escolas, está só fomentado. Já começou alguma atividade?

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA (FORA DO MICROFONE) - Estamos em plena execução.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Já.

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Deputado, o Programa, num primeiro momento, fizemos um levantamento do número total de escolas abertas. Concluímos que o número é de 17 escolas. Convidamos as 17 escolas a apresentarem um documento dizendo que elas estão interessadas no programa, porque isso significa que elas realmente vão se dedicar a construir um projeto para, junto com o Governo do Estado, receber o financiamento.

Amanhã nós iremos ter, durante o dia todo, uma reunião da equipe de Governo com esses diretores, muitos deles aqui presentes, para que possamos juntos construir esses projetos.

Aí, na medida em que eles estiverem prontos, vão ser analisados e aí vamos implantar os recursos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Então, eu sugiro...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Deputado, Vossa Excelência, que é um Deputado extremamente articulado, não é porque estou na sua presença, temos que falar o que é verdade, o Deputado Humberto Bosaipo é muito bom na articulação. Ajuda demais nesse encaminhamento.

Queria fazer uma sugestão para Vossa Excelência, Deputado. O que eu senti hoje no Governador, é que ele foi contra reduzir o incentivo fiscal do algodão. Ele ficou angustiado. E ele falou: "Tem que ter uma solução." Inclusive, uma das soluções que ele colocou, e concorda conosco, é a questão do FACUAL. Ele concorda! E ele acha que tem que ter outras soluções.

Queria, Deputado Humberto Bosaipo, até por ter sido Presidente da Assembléia Legislativa, por ser um Deputado extremamente articulado, que nos ajudasse a construir essa solução com o Governo do Estado. Por quê? Porque o que quero colocar é que não posso conceber o que estou vendo aqui. A sensação que estou tendo, hoje, é que todo mundo quer se eximir da responsabilidade do problema, ninguém quer assumir o problema. Há de convir comigo, a Secretária é limitada. Ela vai propor o quê? Dois milhões! E quando vemos o FACUAL com vinte e oito milhões em caixa, e que é um órgão de iniciativa privada, um dinheiro que vai para a iniciativa privada, para o grande, para o agronegócio. Então, acho que não podemos eximir essa responsabilidade nossa. Essa é uma responsabilidade nossa! Eu sou Deputado! Então, quero colocar o seguinte: Temos que buscar uma solução para isso. Isso é um problema sério.

Já fui com a Secretária no Ministro Cristovam Buarque mostrar esse problema. Agora mudou o Ministro lá. Estou disposto a marcar uma outra Audiência, Secretária, com Vossa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Excelência. Concordo que não podemos eximir o Governo Federal também. Vamos lá em Brasília de novo! Só não quero que seja aquela coisa de empurra-empurra. O Governo Federal... Acho que nós somos responsáveis, sim. O Deputado Zé Carlos do Pátio, que está aqui falando com vocês e foi eleito pelo povo, é responsável. O Deputado Humberto Bosaipo, a Dr^a Flávia, que é uma professora e que teve a oportunidade de ser Secretária, o Secretário Cloves Vettorato e todos que estão aqui são responsáveis por esse quadro que está aí. Então, eu acho o seguinte: É um problema tão sério que temos que buscar uma solução.

Deputado, Vossa Excelência quer isso. Vossa Excelência colocou as sugestões, mas eu queria que ...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Vossa Excelência quer que eu participe na Comissão?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Numa Comissão para sentarmos com o Governo para que ...

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Quero dizer a Vossa Excelência que, uma vez convocado, quero participar. Vou participar e vou ajudar.

Para encerrar, a minha sugestão, Dr^a Flávia, é que na sua reunião de trabalho, como são poucos os professores de Escolas Técnicas e os professores estão fora dos seus municípios, Vossa Excelência mesmo disse aí, normalmente, que eles tenham uma remuneração melhor, em primeiro lugar. Uma remuneração melhor, uma qualificação melhor, que seja feito de cara os cursos de aperfeiçoamento e especialização desses professores que também precisam. Segundo, eu vou propor no Orçamento deste ano - é o meu primeiro trabalho na Comissão, juntamente com os Deputados que irão compor - o aumento no Orçamento para 2006 das verbas para as Escolas Agrícolas. Terceiro, sugerir ao Governo, e aí a Secretaria Extraordinária de Projetos Estratégicos, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Educação e outros órgãos afins podem fazer, que é o convênio com as empresas privadas - pode ser com todas elas - no sentido de matricular em carga horária, a ser aquilatado pelo currículo, rapazes, moças e crianças em curso de aptidão. Nós temos hoje as mulheres exercendo todas as profissões. Aliás, as mulheres, hoje, conseguem passar nos concursos públicos mais do que os homens porque elas estudam um pouquinho mais do que nós. Mas nós vamos empatar esse negócio, não é moçada?

Então, a proposta minha é que se matricule nessas empresas privadas - e isso o Governo pode fazer muito bem -, diminua um pouco os recursos da comunicação e joga um pouquinho para as Escolas Agrícolas.

Eu me coloco à disposição, agradecendo a vocês, desculpando o nosso desabafo em relação a essa questão. Dói muito isso! Nós temos aqui na Assembléia Legislativa um Programa chamado Por Dentro do Parlamento, aonde os estudantes vêm para cá conhecer o que é o Poder Legislativo. Quando vocês ouvirem falar lá na escola de Poder Executivo, de Poder Judiciário e de Poder Legislativo, é este aqui. Vocês estão dentro do Poder Legislativo, para terem esse conhecimento, conhecerem os Parlamentares, o que eles pensam, e trazer propostas para nós. É isso!

Quero parabenizar as professora e convidá-las para estar sempre aqui conosco, nos trazendo os seus problemas. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Registramos a presença da Sr^a Silmara Camargo, Superintendente do Sindicato dos Vestuários; da Sr^a Beatriz Irber, Secretária Municipal de Educação de Canarana.

Houve uma inscrição da platéia, que é o Sr. Nonato, membro da Associação Mato-grossense dos Estudantes.

Eu vou conceder dois minutos para as pessoas que queiram usar a palavra.

Com a palavra, o Sr. Nonato.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. CLOVES FELÍCIO VETTORATO - Sr. Presidente, eu preciso retirar-me, e queria pedir licença. Mas, antes, quero dizer o seguinte: o FACUAL...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só um momentinho. Nós já estamos no finalmente, Secretário. Vamos ouvi-los e daí solicitamos que Vossa Excelência faça as colocações finais.

O SR. CLOVES FELÍCIO VETTORATO - Pois não.

O SR. NONATO - Primeiro, eu gostaria de agradecer, em nome dos estudantes, o fato do Deputado Zé Carlos do Pátio estar tendo essa iniciativa.

Nós estamos acompanhando desde quando o senhor lançou este processo, todas as ações e reações com relação a essa atitude. É preciso deixar claro que os estudantes não têm falta de vontade de estudar. Negativo! Recentemente, nós vimos aí uma escola, onde caiu um ventilador sobre a cabeça de uma estudante. E o Governo vem veiculando: “estamos fazendo escola, ampliando, etc e tal”.

Até peço para que os Deputados façam o seguinte: vão às escolas. Tem muitos estudantes que estão estudando em salas de aula com um só ventilador...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O assunto são as escolas agrícolas.

O SR. NONATO - Tudo bem... Mas é isso o que eu quero colocar aqui, afinal, se lhes derem condições de estudar, com certeza, os alunos assimilarão com mais facilidade, com maior desenvoltura.

No caso das escolas agrícolas, uma pessoa aqui com poder disse que as escolas estão fazendo educação de mentirinha. E foi um Prefeito! Será que ele viu lá na comunidade dele as escolas agrícolas? Será que ele incentivou, pelo menos, o surgimento de uma escola agrícola na cidade dele? E o pior é que ele é um grande agricultor.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Comunico a saída do Deputado Humberto Bosaipo, mas ele volta logo em seguida, porque está tendo uma videoconferência sobre a Polícia Militar.

O SR. NONATO - Então, nós ficamos preocupados por que? Eu só pedi para falar - eu nem iria falar -, porque eu acho que esta discussão já deveria ter acontecido há muitos anos. O Estado é um estado de dimensão continental como a própria Secretária colocou, de vasta extensão agricultável e pecuária, e qual a formação? Aí vem um monte de gente aqui e tal. Inclusive, teve até uma pessoa que veio aqui e falou bonito. Muita gente bateu palma. Até tem um caso aqui que eu vou citar, para deixar claro, porque eu sou a favor do Fome Zero: um indivíduo vem aqui, fala um monte de coisas, mas nós sabemos muito bem que ele deu incentivos aos empresários sonegadores de impostos, através da lei de quitação de precatórios - 95% de dedução de despesas. Por que ele não cria leis também para utilizar esse recurso que eles estão deixando de pagar precatório para incentivar a escola agrícola. Mas, ele não vai falar disso, porque é demagógico. É demagogia pura!

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O senhor tem um minuto.

O SR. NONATO - Então, o que nós estamos querendo pedir é o seguinte: nós sabemos muito bem que o interesse da professora - que com certeza é professora da Secretaria de Ciências e Tecnologia - é de incentivar isso, mas nós estudantes defendemos que o ensino tem que ser desde o fundamental até o médio. Por quê? Porque o objetivo principal da educação agrícola, não é só a formação agrícola ou o fim financeiro do investimento educacional, mas sim a manutenção do indivíduo no campo. No caso aqui nós estamos presenciando claramente a oitava Capital mais violenta do País. Nós sabemos muito bem que dos estudos desse levantamento se diz que isso é em função do êxodo rural para o perímetro urbano. Então, são desfocadas essas falas, muitas dessas falas aí... Se fizer um levantamento vão perceber que é desfocado, é demagógico.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Então, eu agradeço a senhora por ter tido a iniciativa de fazer esse trabalho e inclusive ter dito que não vai excluir escolas filantrópicas do processo, porque eu acredito que talvez eu não tenha essa informação. Gostaria até de saber depois, Deputado, quais são as escolas que são filantrópicas e as escolas estaduais efetivamente do Estado, porque eu tenho quase certeza de que a educação mesmo, aqui no Estado, em termos agrícolas, foi por iniciativa de outras pessoas que não do Estado. O Estado se exime dessa responsabilidade e se nós observamos a fala aqui, como o senhor mesmo disse, todo mundo está fazendo bonito aqui, vem e fala lindo, maravilhoso, mas está se eximindo de responsabilidade. Eu não quero assumir essa responsabilidade.

A única que assumiu foi a senhora, professora, que disse que quer fazer através da Secretaria de Ciências e Tecnologia. Até o Secretário de Desenvolvimento Estratégico do Estado tirou o corpo fora. Tirou corpo fora, Deputado, e nós sabemos muito bem que se não for feita uma luta muito forte, essas pessoas vão continuar tirando o corpo fora.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Convido o líder do MTA, Valdir Corrêa, do Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados para fazer uso da palavra.

Eu discordo que o Secretário tirou corpo fora, até porque ele está propondo que o dinheiro do FACUAL seja para as escolas agrícolas. Ele propôs isso, Secretário Pivetta. Inclusive foi também uma proposta do Governador. Eu não acho justo. Estou em defesa do Secretário, porque ele fez essa proposta. Se ele não tivesse feito uma proposta seria injusto. Eu acho que foi injusto ir contra o Secretário, porque ele está propondo um recuso para as escolas agrícolas.

O SR. VALDIR CORRÊA - De antemão eu gostaria de parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio. Essa luta é uma luta que já vem há tempo trabalhando isso. Eu tive a oportunidade de estar lá com o Ministro Cristóvão Buarque, quando nós o lembramos sobre essa questão das escolas agrícolas. É um problema muito sério hoje, principalmente para nós que vivemos nos assentamentos. As nossas vidas dependem da terra. É um problema muito sério.

No nosso assentamento tem um rapaz que se formou técnico agrícola em São Vicente. Ele percorria em torno de quinze quilômetros a pé para pegar uma carona para estudar a cento e cinquenta quilômetros, todo fim de semana. Então, poderia ter uma escola agrícola em cada região. Ficaria muito mais fácil aos filhos dos pequenos agricultores tornarem-se cidadãos formados em técnica agrícola. Quando se fala em agronegócio, não se pensa só em máquina, tem que pensar também no ser humano que possa ajudar a desenvolver o trabalho.

Hoje, fala-se muito em agronegócio voltado para fora, esquecendo-se que aqui temos também pessoas sujeitas de serem técnico-especialistas em algumas áreas e que também podem contribuir para com o desenvolvimento do Estado.

Eu gostaria muito de pedir ao Estado - eu hoje tive uma reunião com o Governador - e pedir ao Secretário que está representando o Governo, a todos que estão aqui que não deixem essas nossas escolas agrícolas morrerem. Porque é através da escola agrícola que nós vamos formar cidadãos que podem contribuir muito para com pequenos agricultores e comunidades rurais que estão hoje paradas sem apoio do Governo federal e sem apoio também do Governo do Estado. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Passo a palavra agora ao Secretário Cloves Vettorato para as considerações finais. Eu, queria Secretário, eu que conheço a sua pessoa, que nós saíssemos daqui com um encaminhamento, até para não ficar uma coisa...

Qual o encaminhamento que nós faríamos? Eu queria colocar para vocês que uma das saídas... Vários encaminhamento foram feitos: primeiro, dinheiro do FACUAL; segundo, cortar dinheiro da Comunicação e ampliar no orçamento, mas eu queria que a Secretaria de Estado de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Ciência e Tecnologia tivesse um fundo específico para isso. A senhora está entendendo, Secretária?! Que não ficasse só dependendo do favor, por exemplo, do FACUAL. Que seja amarrado - o Governador acha correto.

Então, eu gostaria, nas considerações finais, que você colocasse uma proposta concreta - eu que conheço você que é uma pessoa altamente autocrática e objetiva -, que colocasse qual a proposta que você conduziria se nós saíssemos daqui com uma comissão de trabalho, se dá para você traçar um projeto o quanto antes conosco nesse objetivo.

Eu vou dizer uma coisa para vocês: vocês não sabem, Secretário, qual a imagem que o Governador está tendo a respeito dessa questão aí. Porque, na verdade, isso aí vai criando um constrangimento em Mato Grosso todo. E eu acho que não adianta o Governo fazer várias obras, sendo que o básico não está sendo feito, como foi falado aqui.

Então, eu queria que Vossa Excelência desse para nós uma solução concreta de condução do processo.

Com a palavra, para as considerações finais, o Secretário Cloves Vettorato.

O SR. CLOVES FELÍCIO VETTORATO - Eu quero, antes, fazer algumas considerações a respeito da utilização do FACUAL. O FACUAL não é utilizado somente para pesquisa, somente para promoção do algodão. Ele tem um programa de aplicação, sim, para pesquisa; mas também é muito voltado para a parte até de inclusão social. O FACUAL hoje está alocando recursos junto a MT-FOMENTO para financiar as costureiras, financiar a pequena de indústria de confecção. O FACUAL está alocando recurso para qualificação de mão-de-obra, em parceria com o SEBRAE, com o SENAI, voltada à indústria têxtil. Graças ao FACUAL, o Governo Federal festejou muito ganhar na OMC a demanda com os Estados Unidos, o subsídio do algodão nos Estados Unidos. Então, está cumprindo com a sua função. Isso não quer dizer que não possa, eventualmente, participar desse programa de recuperação e de restabelecimento do funcionamento das escolas técnicas agrícolas. Nós temos que verificar qual é o custo disso e apresentar ao FACUAL para que ele colabore dentro de uma conjugação de esforços, não só do FACUAL, como também do Governo Estadual, das Prefeituras. E também por que não... Foi colocado aqui pelo Deputado Humberto Bosaipo que a criança foi parida pelo MEC, que agora se exime de responsabilidade. Eu acho que não. Eu acho que tem que assumir a responsabilidade também. Então, nós temos que buscar junto ao Governo Federal uma participação efetiva na manutenção dessas escolas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Deputado Humberto Bosaipo acabou de fazer uma proposta de criarmos uma Comissão Especial para tratar das escolas agrícolas em Mato Grosso, que será formada pelas escolas agrícolas, representantes das escolas agrícolas, pela Assembléia Legislativa, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia, pela Secretaria de Projetos Estratégicos e pela Secretaria de Desenvolvimento Rural. Eu achei louvável a idéia do Deputado Humberto Bosaipo.

Com a palavra, a Sr^a Secretária de Ciência e Tecnologia, Flávia Maria de Barros Nogueira, para as considerações finais.

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Primeiro, eu gostaria de dizer o seguinte: nós temos que pensar exatamente o que é uma escola agrícola. Uma escola agrícola, é preciso que se diga, não é somente para curso técnico na área agrícola. A escola agrícola é uma escola que pode trabalhar com diferentes níveis de ensino, diferentes modalidades de ensino, para que seja feita ali dentro a educação para o campo. Esse é o diferencial da escola.

É importante, Deputado Zé Carlos do Pátio, que todo mundo tenha isso em mente. Nós não temos que ter escola agrícola para ter curso técnico em área agrícola. Nós temos que ter

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

escola agrícola para fazer educação no campo, educação do campo, no campo. Então, a escola agrícola pode oferecer diferentes níveis e diferentes modalidades de ensino.

Então, nesse contexto desse entendimento de escola agrícola, cada nível de gestor público, cada poder público, cada nível, cada tipo de poder público tem a sua responsabilidade.

O Governo municipal tem responsabilidade, sim, e nós não podemos eximir as prefeituras das responsabilidades que elas têm na oferta de educação fundamental.

A educação fundamental, voltada às questões do campo, deve ser incentivada nas prefeituras, e o prefeito deve assumir essa responsabilidade, manter a atividade da educação fundamental dentro das escolas agrícolas.

O ensino médio, que deve ser preferencialmente feito pelo Estado, pode, Deputado Zé Carlos do Pátio, ser convidado a participar desse projeto. A SEDUC pode ser chamada para participar dessa comissão também com o desafio de implantar, nessas 17 escolas que hoje estão abertas, o ensino médio, que é a função preferencial do Estado.

O município pode fazer? Pode. O Governo Federal pode fazer? Pode? Mas o Estado é o responsável mais direto pelo ensino médio.

Nós da educação profissional e tecnológica podemos fazer ensino médio integrado. Então, aí nós temos um outro esforço de outra Secretaria, que é a SECITEC, aí sim fazer um ensino médio integrado com ensino de tecnologia, um ensino técnico, de nível médio, de forma integrada e até, quem sabe, de tecnologia no futuro, quando nós tivermos pernas e recursos para fazer isso.

O que eu estou querendo dizer com essa minha fala é que essa responsabilidade que Vossa Excelência disse muito bem que todos nós temos, ela tem que ser assumida por todos os níveis de Governo. E nós não podemos querer ter uma escola agrícola só para fazer técnico agrícola. Não! Nós temos que ter a escola agrícola para fazer educação no campo, educação fundamental, educação de nível médio, educação profissional e educação tecnológica, um dia, se nós conseguirmos. Então, esse é o meu primeiro posicionamento.

E se nós fizermos isso - desculpe, eu não me lembro o nome do representante dos estudantes, eu acho que ele fez uma fala interessante, no sentido de que se nós conseguirmos fazer esse esforço de integração, aí sim nós teremos a fixação do homem no campo, porque ele está recebendo a formação que ele precisa para lidar no campo. Se ele também tiver o apoio de outros programas que ajudem na produção do pequeno produtor ali, ele vai ficar lá, porque ele tem os recursos e tem a formação necessária para isso. Essa é a nossa visão.

Eu preciso também deixar uma sugestão concreta... Eu apresentei aqui um esforço, o Governo do Estado tem feito... Lógico, Vossa Excelência mesmo disse e tem total razão, as limitações são grandes, nós temos dentro do CEPROTEC um orçamento que é garantido constitucionalmente, mas é limitado.

Este ano, o Presidente está ali e pode me ajudar, é de R\$12 milhões para 2005 e nós estamos pegando R\$2 milhões e colocando em escolas agrícolas. Quer dizer, é pouco para a necessidade? É. Mas é muito para o orçamento que tem e é um orçamento, diga-se de passagem, muito bom relativamente a outros Estados, porque o Estado de Mato Grosso, com o apoio da Assembléia Legislativa, é o único Estado do Brasil que tem um fundo para a educação profissional e tecnológica, é o único que tem dinheiro carimbado para isso e, com esse recurso nós estamos implantando...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só uma pergunta, Secretária.

Será que nessa própria lei do Fundo não dá para canalizar um pouco de dinheiro da AMPA - Associação Mato-grossense de Produtores de Algodão, do FACUAL, já para esse Fundo?

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Aí vem a proposta que eu quero fazer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O Governador achou interessante a idéia.

Outra coisa que eu quero propor também, buscar outros caminhos para aumentar esse Fundo. Doze milhões é muito pouco. Vamos ver se chegamos a R\$24 milhões, em que R\$12 milhões ficam para as escolas agrícolas e R\$12 milhões para as escolas técnicas.

Eu queria que tivéssemos essa criatividade.

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Sim. Então, eu vou fazer a proposta.

Nós estamos em 2005, começando esse programa com R\$2 milhões. Nós não sabemos no ano que vem quanto de recursos nós vamos poder colocar, porque nós temos esses R\$2 milhões hoje porque nós temos quatro escolas, quatro unidades do CEPROTEC funcionando. No ano que vem, se Deus quiser, vamos ter sete. Então, vamos ter que ter sete funcionando, vamos ter menos dinheiro para a escola agrícola, mas nós queremos, mesmo com menos recursos, manter o programa.

Então, dentro desse contexto, e dentro do contexto que foi colocado aqui do FACUAL, o apoio do Governador, a fala do Secretário Pivetta, eu acho, de imediato, para 2005, poderíamos acionar ou fazer uma parceria com o FACUAL, CEPROTEC/FACUAL para esse recurso aumentar em 2005 e nós não atendermos apenas 10 escolas com esses R\$2 milhões. Por que estou dizendo isso? Nós temos disponível R\$2 milhões de reais. Por que estamos dizendo que vamos atender 10 escolas? Porque nós estudamos profundamente as escolas, tomamos o caso da Escola de Barra do Garças, que está aqui representada, como exemplo do que uma escola realmente necessitaria em termos financeiros para ter a sua estrutura recuperada, seus equipamentos recuperados, seu plantel de animais recuperado, sua estrutura melhorada para fazer educação de qualidade e nós chegamos à conclusão de que esse valor seria em torno de R\$200 mil. Por essa razão é que nós estamos, com R\$2 milhões, dizendo que vamos conseguir atender 10 escolas. Pode ser que as propostas sejam menos de R\$200 mil cada uma e consigamos atender mais escolas, mas pode ser que não e nós temos 17 escolas interessadas. Então, imediatamente, já que existe essa possibilidade do FACUAL entrar com o recurso, já podemos firmar uma parceria com o FACUAL para atender em 2005 as dezessete escolas. Esse é o primeiro passo nesse programa que o Governo do Estado tem, que já está em andamento. Amanhã vamos ter uma reunião muito densa, produtiva, espero, com todos os diretores para construirmos projetos para que o dinheiro público não se perca como se perdeu dinheiro, muitas vezes trazido pelo Governo Federal, na aquisição de equipamentos, construção de escolas, que depois foram entregues aos municípios e muitos fecharam, e aquele patrimônio todo se perdeu. Então, para que haja garantia da qualidade de investimentos, vamos construir juntos o projeto. E esse projeto, se puder receber também recurso do FACUAL, poderemos expandi-lo, não atendendo apenas dez, mas sim as dezessete escolas que se propuserem a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Só um encaminhamento.

Acho que, se for só isso, seria muito pouco. Eu acho que deveria rediscutir a reabertura de algumas escolas, também.

A SR^a FLÁVIA MARIA DE BARROS NOGUEIRA - Digo isso, num primeiro momento, que podemos fazer isso. Isso é o resultado concreto do trabalho de hoje, aqui. Eu acho que é uma questão de conversar com o FACUAL, pelo que pude entender das falas. Agora, é preciso - e acho que é correto essa proposta da instituição de uma comissão para que pudéssemos ter mais tempo para procurar uma solução de longo prazo. Tenho ouvido de muitos Estados, que não têm as fundações de amparo às pesquisas estabelecidas, que a nossa Fundação de Amparo à Pesquisa, que é a FAPEMAT, funciona muito bem. A maior parte dos Estados não tem recursos constitucionais para fundação. Eu estou vendo o quê? Estou vendo que na determinação dos projetos de Parcerias

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR SOBRE PROALMAT E FACUAL,
REALIZADA NO DIA 12 DE ABRIL DE 2005, ÀS 14:00 HORAS.

Público-Privadas, na determinação das leis das PPPs, estão destinando recursos para fomento à pesquisa. Por que não pensarmos isso também em relação às escolas agrícolas?

Estou querendo dizer com isso que existem inúmeras possibilidades que podemos, como Comissão, como grupo de trabalho, Assembléia Legislativa, SECITEC, SEDER, quem mais tiver interessado, SEDUC, acho que é fundamental, nos esforçarmos para encontrar esse caminho. O Secretário Cloves Vettorato se dispõe, também, a nos ajudar. Acho que é fundamental a sua presença porque ele tem uma visão macro de todo o Governo, e acho que isso é importante. E acharmos essa saída, considerando que existem inúmeras possibilidades. Então, sairíamos com dois encaminhamentos.

Um de curtíssimo prazo, que é dar apoio urgente as dezessete escolas que estão abertas; e, de um pouco mais - vamos dizer assim - de médio prazo, implantarmos um novo fundo para sustentar essas dezessete que estão recebendo esses recursos, estimularmos abertura de outras que estão fechadas. E, quem sabe, no futuro, até construirmos escolas, dependendo do caminho que tomarmos. Então, são duas coisas que são importantes que saímos daqui bem definidos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Então, eu faço um compromisso, Secretária, de até quinta-feira entrar com o requerimento da Comissão Especial, proposta pelo Deputado Humberto Bosaipo, onde irão participar a Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, que o Deputado Humberto Bosaipo é Presidente da mesma, a Secretaria Extraordinária de Projetos Estratégicos, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, a Secretaria de Educação, para buscarmos saídas de investimentos das Escolas Agrícolas.

Quero agradecer a presença de todos e declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ila de Castilho Varjão.